



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

A.C. EM REUNIÃO

= AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS =

PONTO 2: Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos, que se transcreve.-----

----- A proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos foi presente à reunião da Câmara Municipal de 30-10-2014 e à Assembleia Municipal em 19-12-2014, tendo sido aprovada juntamente com as Opções do Plano e Orçamento, Mapa de Pessoal e autorização para contração de empréstimo de curto prazo. Constatando-se que, por lapso, não foi objeto de deliberação autónoma e portanto, não foi transcrita para a ata, submete-se novamente à consideração a mesma proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, propondo-se ainda que seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal na sua próxima sessão, em deliberação autónoma.-----

----- “Considerando, por um lado, o disposto no art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:-----

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

----- Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

----- Considerando, que o art. 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do art. 14º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano.-----

----- Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal:-----

----- Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:-----

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;-----
- b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99 759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

----- 2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

----- 3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

----- 4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

----- **“A Câmara Municipal, mediante a informação transcrita, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprová-la, bem como submetê-la à Assembleia Municipal para emissão de autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal nos termos das disposições conjugadas pela alínea c), nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.** -----

= PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE PAREDES DE COURA =

PONTO 5: Apreciação, discussão e votação da proposta de Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Paredes de Coura (PMEPC), que se anexa.-----

----- Enquadramento -----

----- *“Nos termos do nº 8 do artigo 4º da Diretiva anexa à Resolução 25/2008, é obrigatória a realização de uma consulta pública das componentes não reservadas do PME (Partes I, II e III e Secção I da Parte IV). Essa consulta pública é promovida pela Câmara Municipal e deverá desenrolar-se por um prazo não inferior a 30 dias. Compete a cada câmara municipal estabelecer os meios e formas de participação, os quais poderão consistir, por exemplo, na disponibilização do plano na internet, disponibilização num local de acesso público, publicação em órgão de comunicação social local, etc. Na sequência da consulta pública deverá ser elaborado um relatório sumário que explicita o período durante o qual a mesma decorreu, que meios foram utilizados, que contributos foram recolhidos e qual a sua incorporação (ou não) no PME.”* -----

----- Situação do Município de Paredes de Coura -----

----- - O processo de revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Paredes de Coura iniciou-se em 2008 (com Plano aprovado em 1998);-----

----- - Depois de instalada a comissão municipal de proteção civil e emitido parecer favorável ao novo PMEPC, foi colocado a discussão pública em fevereiro de 2009 e levado à assembleia municipal;-----

----- - Depois deste período, foi enviada versão final para o CDOS e para a ANPC. O parecer emitido pela ANPC (01-08-2011) foi de “aprovação condicionada e revisão obrigatória no prazo de 1 ano”, registando todos os pontos e aspetos que deveriam ser melhorados segundo as orientações emanadas, nomeadamente, estrutura e cartografia de risco e de suscetibilidade;-----

----- - Posto isto, o nosso município, através da CIM Alto Minho, recorreu ao cofinanciamento do ON.2, elaborando o projeto Protec-Georisk. Este contemplou a normalização das diferentes versões dos PMEPC dos municípios do distrito, com a contratação da Metacortex, que analisou os planos e deu-nos linhas orientadoras de revisão dos mesmos; e do IPVC-ESA, para a produção de cartografia de risco e suscetibilidades (projeto SIG e respetivas bases de dados geográficas disponibilizadas a 16.05.2014;-----

----- - O novo PMEPC obteve parecer favorável da Comissão Municipal de Proteção Civil a 11-06-2014. -----

----- Estrutura do Plano Municipal de Proteção Civil para discussão pública:-----

----- Parte I – Enquadramento Geral Do Plano; Parte II – Organização Da Resposta; Parte III – Áreas De Intervenção; E Parte IV – Informação Complementar - Secção I. -----

----- **Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Paredes de Coura (PMEPC), que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. Foi ainda deliberado, também por unanimidade submeter a consulta pública, para recolha de sugestões, nos termos do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de janeiro.** -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

----- As vereadoras do PSD – Helena Ramos e Janine Soares disseram votar favoravelmente, mas considerando um risco, a situação relativa a animais selvagens e domésticos, em zonas que possam afetar a população, solicitaram que seja integrado na próxima revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Paredes de Coura. -----

= ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2015 =

PONTO 11: Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Paredes de Coura, de 2015, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2015, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

----- Foi ainda deliberado, por unanimidade, submeter a referida proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2015, à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

= ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL =

PONTO 12: Apreciação, discussão e votação da proposta para abertura de procedimento concursal para 2 postos de trabalho na categoria de técnicos superiores, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. --

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção das vereadoras Helena Ramos e Janine Soares, que apresentaram declaração de voto que a seguir se transcreve, aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal comum para admissão de dois da categoria de técnico superior postos de trabalho, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

----- Foi ainda deliberado, por unanimidade, submeter a referida proposta de abertura de procedimento concursal comum à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- As Vereadoras Helena Ramos e Janine Soares apresentaram a declaração de voto com o seguinte teor: “Em relação à abertura do procedimento concursal comum para a admissão de dois trabalhadores da categoria de técnico superior, decidimos abster-nos, apesar de não desconsiderarmos a importância da fixação de jovens courenses e não só em Paredes de Coura. Face ao enquadramento socioeconómico nacional e local consideramos que, seria preferível insistir na efetiva redução de custos com pessoal e dar prioridade a eventuais requalificações internas dos trabalhadores do mapa, que possuam formação adequada ou que a possam vir a adquirir. -----

Em: 09-02-2015